

A nação na Europa. A perspectiva de *O Independente*

Maria Filomena Barradas
filomenab@gmail.com
Instituto Politécnico de Portalegre

1. Introdução

A 12 de Junho de 1985, Portugal assinou o tratado de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE). As negociações tinham começado vários anos antes, em 1977, e Mário Soares, que encetara o processo, era quem agora assinava essa “espécie de refundação do país” (Ramos, 2009: 748).

As palavras do historiador Rui Ramos explicam-se facilmente. Portugal era – é – um pequeno território, com pouca população e pouca riqueza interna, mas que servira de base a um império ultramarino, nascido no século XV e que perdurara até 1974. Portanto, bem avançado o século XX, Portugal regressava aos limites continentais que ocupava no final do século XIV e que praticamente se tinham mantido imutáveis. E esse país, sem império, saído de uma ditadura, depauperado, periférico parecia não ter lugar num mundo onde os impérios eram agora outros e de outra natureza – EUA, URSS e a CEE, a meio.

A 1 de Janeiro de 1986, Portugal tornava-se oficialmente membro da CEE. Mas a organização supra-nacional atravessava também mudanças e desafios. O projecto de uma Europa unida, espaço de paz, democracia e prosperidade, nascera no pós II Guerra Mundial e tinha-se mantido praticamente inalterado desde o Tratado de Roma (1957), favorecendo, sobretudo, as relações de tipo económico entre os países-membros. Agora, a CEE começava a encaminhar-se para um novo paradigma de natureza mais política, que previa a criação de mecanismos de vinculação do cidadão à nova realidade supra-nacional, tais como a livre circulação de pessoas, a atribuição da cidadania europeia, a par da cidadania nacional, e o uso de uma moeda comum, aspectos que apontavam no sentido da diluição das soberanias nacionais.

Significa isto que, coincidindo com o seu primeiro alargamento (à Europa do sul, primeiro com a adesão da Grécia, em 1981, e depois com as adesões de Portugal e Espanha), a CEE vai também criar as condições para se instituir como uma união política entre estados, alargando o seu âmbito para além do económico.

Assim, o caso português apresenta-se como curioso, já que num curto período deixa de ser uma ditadura e uma potência ultramarina, para ser uma democracia confinada ao território continental que ocupava no século XV, para rapidamente, ensaiar uma nova forma de relacionamento internacional, desta feita já não no plano atlântico e ultramarino, mas continental e europeu.

Face as estas mudanças rápidas – e com consequências efectivas na vida de Portugal e dos portugueses – o semanário *O Independente* sempre actuou como uma voz eurocéptica. Nascido em Maio de 1988, o jornal conservador e de direita foi um observador e comentador atento da nova realidade em que Portugal participava.

Neste artigo, discutirei o modo como a relação entre Portugal e a Europa é vista pelo *Independente*. Como *corpus*, optei por abordar textos de opinião de Miguel Esteves Cardoso e Paulo Portas. Do primeiro, escolhi algumas crónicas da série “As minhas aventuras na república portuguesa”, publicadas em 1989. Em relação a Paulo Portas, seleccionei alguns dos artigos da sua coluna de opinião “Antes pelo contrário”, publicados durante 1992.

Para que esta discussão seja sustentada, apresentarei alguma fundamentação teórica em torno dos conceitos de Estado e Nação, relacionando-os com o caso português e com a questão europeia.

Observarei, de seguida, os modos como Esteves Cardoso e Paulo Portas pensam a questão da “nação” no quadro europeu, nos seus textos de opinião. Tal, permitirá concluir acerca de duas abordagens distintas, mas interligadas: a abordagem cultural, de Miguel Esteves Cardoso e a abordagem política de Portas.

2. O Estado, a Nação, Portugal e a Europa

2.1. O Estado e a Nação

Várias são as teses relativas à emergência da nação; de um modo geral, elas podem ser divididas entre as teses modernistas e as teses etno-simbólicas. Entre os académicos partidários das teses modernistas salientarei os nomes de Ernest Gellner, Eric Hobsbawm e Anderson Benedict; no que se refere às teses etnicistas, o seu principal defensor é Anthony D. Smith.

Gellner (1993) defende que o estado é anterior à nação e que é este que em larga medida a engendra. O estado diz respeito uma entidade geopolítica e administrativa, capaz de exercer uma série de mecanismos de controlo, em relação a um conjunto de indivíduos, que, depois das Revoluções Francesa e Americana são também entendidos como agentes do seu destino – isto é, cidadãos e não súbditos – residindo neles a soberania. Entre tais mecanismos de controlo, encontram-se o registo civil, o sistema de impostos, o serviço militar, o uso de uma língua oficial ou o ensino padronizado. Especialmente este último está ligado à disseminação de uma cultura comum e partilhada, fundamental para que se desenvolva uma relação de ordem simbólica entre os cidadãos e o seu Estado.

Julgo que a perspectiva de Benedict Anderson (2006 [1983]), que define a nação como uma comunidade imaginada é esclarecedora. De facto, aquilo que nos faz sentir portugueses (ou ingleses, ou franceses, ou mexicanos) não são apenas os mecanismos de controlo de que o Estado dispõe; é também (e sobretudo) um sentimento de identificação natural com um espaço geográfico delimitado por fronteiras. A ligação a esse território é afectiva, espontânea e partilhada com e pelos nossos conterrâneos. O efeito de naturalização nasce, não raro, da partilha de tradições, que para Hobsbawm (1988) são inventadas, isto é, criadas e difundidas pelo poder e pelas elites até que sejam concebidas como algo que existe desde tempos imemoriais e cuja repetição assegura e prova a ligação simbólica entre os indivíduos e a comunidade.

Pelo contrário, Anthony D. Smith (1997) chama a atenção para o facto de a nação ser um fenómeno de natureza étnica e de formação longa. Na sua perspectiva, a ideia de nação releva de uma descendência comum e de uma memória colectiva duradoura, composta por um fundo partilhado de mitos, símbolos e memórias. Para Smith, as abordagens modernistas ao fenómeno da nação partem do pressuposto que esta é uma criação ideológica, operada pelo nacionalismo, cujo objectivo é “alcançar e manter a *autonomia*, a *unidade* e a *identidade* de uma nação” (1997: 98) – ou seja, cujo objectivo é associar um estado a uma nação, gerando a ideia, que quase todos partilhamos de que a um estado corresponde uma nação, ainda que saibamos que nem sempre tal correspondência existe: basta pensar no caso dos Bascos ou dos Catalães.

Assim, a principal diferença entre as teses modernistas e as teses etno-simbólicas é que para as primeiras, a nação é uma codificação elaborada a partir duma base ideológica, só possível no seio de um estado laico. No esforço de codificar a nação, o estado socorre-

se quer do seu poder, quer do poder das elites letradas, escolher, moldar e adequar materiais culturais pré-existentes, tornando-os nos aspectos distintivos de uma nação em relação às demais. Tal codificação cultural e simbólica traduz-se no termo “Estado-Nação”: a uma fronteira política, administrativa e geográfica conecta-se uma fronteira cultural, capaz de gerar sentimentos de afetividade e de pertença para com a organização político-administrativa de que se é membro.

Pelo contrário, as teses etno-simbólicas sustentam que tal sentimento de pertença preexiste ao advento do estado moderno e laico. De facto, antes dos mecanismos de controlo do Estado emergirem, já os indivíduos se sentiam ligados aos seus lugares de nascimento, às suas comunidades, partilhando com os seus conterrâneos memórias, rituais, símbolos e narrativas.

2.2. O caso português

Na verdade, talvez seja difícil optar por uma das teses. Atendendo ao caso português, verificamos que desde muito cedo é feita a associação entre o estado e a nação. José Mattoso (2001) sustenta que a construção do que é Portugal e do que é ser português se fez por via administrativa, sendo obra das esferas ligadas ao rei e à corte. Prova disso, segundo o historiador, é o facto de o país ter adoptado uma designação que não aponta para um referente étnico (como a França, terra dos francos ou a Alemanha, terra dos alamanos), mas sim para um referente político-administrativo, o Porto, que passa a designar a totalidade do território (Mattoso, 2001:60). Assim, esta tese contraria a tese popularizada pelo nacionalismo português de que existiria uma “raça” (uma etnia) portuguesa.

Para o historiador, a nação portuguesa está intimamente ligada à existência de um estado que detém os meios necessários para quer para instituir fronteiras geográficas (através das guerras ora com os Muçulmanos, ora com Castela), quer para instituir fronteiras culturais à população, gerando as formas simbólicas propiciadoras de uma identificação com o território político-administrativo. Entre tais formas simbólicas de identificação encontramos o uso de uma língua vernacular em documentos oficiais, a criação e disseminação de lendas e mitos de origem, ou a existência de uma literatura em língua portuguesa.

No entanto, uma questão se coloca: será possível descartar a existência de um sentimento de nação nas camadas populares não letradas, anterior ao advento do estado laico?

De acordo com José Manuel Sobral (2003), a dificuldade de responder a esta questão resulta do facto de dispormos de poucos dados empíricos em relação às camadas populares e ao modo como conceptualizavam o sentimento de pertença à nação, que, necessariamente, seria diferente do das classes letradas. Porém, para o autor, não seria de estranhar que estas populações se sentissem parte da nação emergente, pois só assim se explica a mobilização para a guerra ou a celebração de vitórias militares como as da Batalha de Toro e de Aljubarrota, ainda durante o século XIX (Sobral, 2003:1121).

Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, assistir-se-á a uma nova moldagem na imagem da nação. O Ultimatum Inglês (1890) e a polémica em torno da participação de Portugal na I Guerra Mundial concorreram para a formação de uma ideia de “nação imperial” e “Estado forte” (Castro Leal, 1999:33). Caberá ao Estado Novo apurar e disseminar – através duma escolaridade mínima, mas eficiente – a imagem de nação que ainda hoje subscrevemos: país de brandos costumes, que se espalhou pelo mundo, devoto, modesto, humilde, mas capaz de grandes feitos e de que nos devemos orgulhar. De facto, de acordo com os dados coligidos e trabalhados, a partir do Eurobarómetro, por Marco Antonsich (2009) sobre o sentimento nacional na União Europeia, Portugal é um dos países onde tanto o “orgulho nacional” e “sentimento de pertença” (‘national attachment’) são mais fortes.

No entanto, coexistindo com o “orgulho nacional” e com o “sentimento de pertença”, encontramos o sentimento de decadência, que vem sendo expresso pelas elites que contactaram em diferentes momentos com o modelo civilizacional ocidental e europeu. Embora o confronto Portugal/ Europa viesse sendo feito desde os séculos XVII e XVIII, foi sobretudo no século XIX – e através da Geração de 70 - que se cristalizou a imagem de Portugal como nação decadente e afastada da Europa¹.

¹ Eduardo Lourenço (1994: 30) sintetiza assim esse sentimento: “Mas o que [a Geração de 70] exigia era um *Portugal-outro*, um Portugal onde se actuasse, se vivesse, se pensasse e se inventasse como na Inglaterra, na Alemanha, na *França*, em suma, na única Europa que merecia esse título, que desde então designa menos uma entidade geopolítica, uma história em comum, do que *um mito*, o da Civilização, do Progresso, da Cultura como espelho e instrumento regenerante do destino humano. *Europeizarmo-nos*, nesse preciso sentido, tornou-se então a obsessão quase unânime da elite portuguesa e toda a nossa cultura se vai inscrever no espaço da Europa e em função do objectivo de a apagar.”

2.3. A Europa

A ideia de Europa como mito de civilização e progresso reaviva-se com a entrada de Portugal na CEE, vista por alguns quadrantes como o acontecimento capaz de resgatar Portugal do seu atraso e de garantir acesso directo a uma matriz civilizacional, cultural, económica e de prosperidade de que país estava alheado.

Mas que Europa era esta, associada em Comunidade Económica?

A primeira metade do século XX fora dura com o continente europeu, que tinha sido devastado por duas guerras mundiais. No pós II Guerra Mundial, as nações europeias que tinham estado envolvidas no conflito compreendem que o seu papel mudou e que o mundo está agora dominado por potências de dimensões praticamente continentais – os EUA, a URSS e a China. Nesta conjuntura, os países europeus só poderão recuperar o seu papel no cenário internacional unindo-se.

Jean Monnet e Robert Schuman serão os dois principais dinamizadores da ideia de uma Europa unida. Em 1950, Schuman, então ministro dos negócios estrangeiros francês, propôs que a França e a República Federal da Alemanha (RFA) pusessem em comum os seus recursos de carvão e aço, de modo a reabilitar as indústrias que a guerra depauperara. Um ano depois, Bélgica, RFA, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos assinaram o tratado fundador da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e Aço), organização intergovernamental, que esteve na génese da CEE, que só nasceria seis anos depois, com o Tratado de Roma (1957).

A CEE era uma organização predominantemente económica, que privilegiava aspectos como a união aduaneira e a criação de uma zona de comércio livre, mas cujo embrião previa a plena união política entre estados.

Até 1986, a estrutura da CEE manteve-se praticamente inalterada, mas nesse ano foi assinado o Acto Único Europeu, o documento que indicava 1993 como o ano para o pleno funcionamento do Mercado Único Europeu², primeiro passo na direcção da união política plena e que começa a ser ensaiada a partir do Tratado de Maastricht ou Tratado

² De acordo com o Europa, o Portal da União Europeia: “No mercado único europeu, as pessoas, as mercadorias, os serviços e os capitais circulam tão livremente como se se tratasse de um só país. Podemos viajar para onde queremos dentro das fronteiras internas da União Europeia, em negócios ou lazer ou, se assim o desejarmos, ficar em casa e usufruir de uma vasta gama de produtos provenientes de toda a Europa.” (Consultado a 22/03/2011)

da União Europeia (redigido em 1992; em vigor a partir de 1993). Por ele, se fundava a União Europeia, apresentada como no Portal da UE “um pacto entre nações soberanas, decididas a partilhar um destino comum e a exercer em conjunto uma parte crescente da sua soberania, que incide sobre os valores mais profundamente prezados pelos povos da Europa: a paz, o bem-estar físico e económico, a segurança, a democracia participativa, a justiça e a solidariedade. Este pacto está a ser reforçado e confirmado em todo o continente: 500 milhões de seres humanos optaram por viver sob o primado da lei e em harmonia com valores seculares humanitários e de dignidade humana” (consultado a 22/03/2011).

Ao contrário da CEE, a UE pressupõe a existência de políticas comuns que transcendem o âmbito puramente económico, nomeadamente ao nível da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e da Política de Defesa e de Segurança Comum (PDSC). A existência e prossecução destas políticas indiciam uma mudança no paradigma da Europa: conquanto continue a ser uma organização onde a economia é fundamental, a UE é uma organização política, com aproximações ao estado federal.

3. Portugal na Europa. A Perspectiva de *O Independente*

Como se começou por dizer no início deste trabalho, a entrada na CEE alguns anos depois do restabelecimento do regime democrático em Portugal é, na opinião de historiadores como Rui Ramos e António Telo, o equivalente a uma refundação do país.

Na verdade, aquilo que distinguia desde logo Portugal no contexto ibérico e europeu tinha sido como diz António José Saraiva (2007:80 [1994]) a recusa de integrar Castela e aventurar-se fora da Península. Findo o Império, quase 600 anos transcorridos desde o seu início, o que resta a Portugal senão integrar uma realidade supranacional que lhe permita ser membro de pleno direito do Ocidente? A CEE, encarnando os valores da democracia, do capitalismo, da prosperidade, do bem-estar social, constituía, por isso, a via de saída da crise e da decadência em que o país estava mergulhado.

Naturalmente, o processo de integração europeia não foi encarado por todos os quadrantes da sociedade de maneira consensual, embora o discurso oficial fosse efusivo. De entre aqueles que manifestaram o seu cepticismo em relação à Europa, desempenha um papel importante o semanário *O Independente*, nascido em 1988 e que marcou de

forma profunda quer a cena mediática nacional, quer o modo como se olhava para esse Portugal em mutação.

No ponto V do Estatuto Editorial de *O Independente* afirmava-se: “O Independente acredita na cultura como resultado permanente da actividade social – e não como mundo à parte. Defenderá o que achar bom, seja português ou não, mas falará mais do que é português, seja melhor ou não. Um bom jornal é uma nação a falar consigo mesma. O Independente quer tomar parte desta conversa”.

De facto, *O Independente* nunca ocultou o seu posicionamento político-ideológico, como sendo conservador, de direita, democrata e defensor do liberalismo económico. Não é de estranhar, por isso, que o que é “português” e a “nação” ocupem um lugar central no discurso do semanário, já que são temas caros às ideologias conotadas com a direita. Mas o que me parece mais interessante é o próprio jornal afirmar no seu estatuto editorial o desejo de agir dinamicamente, numa situação interlocutiva, de alcance extensível a toda a comunidade nacional.

A conversa com a nação processa-se a múltiplos níveis. Em primeiro lugar, sendo *O Independente* um jornal, ele informa a comunidade sobre os acontecimentos relevantes; em segundo lugar, essas informações são apropriadas e discutidas no seio da comunidade – as primeiras páginas, ostentando títulos bombásticos, que fizeram em larga medida o sucesso do semanário são um exemplo disso; em terceiro lugar, o semanário dará amplo espaço a textos de opinião, contando para isso com os contributos de Paulo Portas, que faz o seu comentário político na coluna “Antes pelo Contrário”, no Caderno I; de Miguel Esteves Cardoso e das suas crónicas, no Caderno III; e ainda de comentadores como Vasco Pulido Valente, João Bénard da Costa, João Miguel Fernandes Jorge, M.S. Lourenço, entre outros.

Antónia Barriga (2007), na sua tese de doutoramento *Media, Política e Opinião* discorre sobre a emergência do sector da “opinião” no jornalismo, em conexão com os governos de Cavaco Silva, o que não é de estranhar, já que os governos cavaquistas marcam o momento em que Portugal entra plenamente em democracia: não só a livre expressão de opiniões se torna regular, como também, a abertura do sector da comunicação social à iniciativa privada favorece a livre expressão. Simultaneamente, o público sente também um maior interesse pela opinião publicada, já que esta se configura como uma interpretação e/ ou explicação de factos e eventos. Assim, a opinião oferece ao leitor

possibilidades de compreensão do mundo – sempre caótico – através de intervenções que visam tanto explicar, como polemizar.

O colunista opinador é sempre alguém que tem – ou a quem foi conferido – poder. O seu objectivo é persuadir e formar a opinião do leitor, com a ressalva de que, por vezes, é necessário “concordar em discordar”, máxima roubada ao inglês por Miguel Esteves Cardoso e que traduz os limites de civilidade por que se deve orientar qualquer troca de opiniões.

Veremos de seguida como é que a questão da nação na Europa é abordada por Miguel Esteves Cardoso e Paulo Portas nos textos de opinião publicados no semanário dirigido por ambos.

3.1. Portugal na CEE nas Aventuras de Esteves Cardoso

Entre Maio de 1988 e Maio de 1990, a um ritmo semanal, foram publicadas as crónicas de “As minhas aventuras na república portuguesa”. A sua primeira edição em volume homónimo data de Abril de 1990, o que atesta bem a popularidade que gozavam.

Desde logo, as crónicas de Esteves Cardoso encenam o problema da nação e do regime político: o então director de *O Independente* é um monárquico convicto e, ao chamar às suas crónicas “As minhas aventuras na república portuguesa” sublinha o modo – ao mesmo tempo próximo e distanciado – como o tópico “Portugal” será abordado. Além disso, a “aventura” associamos o inesperado e o extraordinário, que merece ser relatado; as aventuras são vividas pelo próprio na “república portuguesa”. Portugal, assim apresentado, configura-se como um espaço geográfico, político e cultural no qual o cronista é um explorador ou um antropólogo, que precisa de criar distanciamento para melhor observar o seu objecto de estudo.

A crónica é um caso particular de opinião. Antónia Barriga indica que a crónica, como género jornalístico, está “na fronteira entre a informação de actualidade e a narração literária, configurando-se como um relato poético do real” (2007:168). A sua natureza variada resulta da multiplicidade de assuntos que o cronista pode licitamente convocar para o seu texto e que captam o espírito do momento histórico de que é testemunha, relator e intérprete.

Antes de chegar ao *Independente*, Miguel Esteves Cardoso colaborara já com vários jornais enquanto colunista. Da sua passagem pelo *Expresso*, tinham resultado a publicação de dois volumes de crónicas: *A Causa das Coisas* (1986) e *Os Meus Problemas* (1988).

Em 1988, Portugal era um país mudado por via da integração europeia. Para Miguel Esteves Cardoso, a mudança, em si mesma, não é negativa, nem ele é um apologista da fixação no passado – a saudade, por exemplo, é um “genocídio sentimental” (Cardoso, 1995:18 [1990]), que deve ser combatido. Assim, o censurável é o acriticismo e a celeridade com que tais mudanças são introduzidas e sentidas no quotidiano, como se lê na “Aventura da Europa”:

“Aconteceu o pior pesadelo – estamos a tornar-nos *européus à portuguesa*. Ou seja seguimos a versão Amoreiras da grande herança greco-romana. A nossa ideia de Europa não é a Europa (que já existe há uns 500 anos, e ainda para mais conosco lá dentro), mas *uma coisa qualquer*, mais moderna e desenvolvida, em que ‘a gente’ se há-de tornar, se vencermos ‘o desafio’.” (Cardoso, 1995:129-130 [1990])

Fazendo parte de uma elite culta, e tendo o poder de fazer ouvir a sua voz publicamente através do jornal, a posição de Esteves Cardoso está nos antípodas das posições dos intelectuais portugueses que vêm sonhando com um Portugal-outro, roubando a expressão de Eduardo Lourenço. O seu interesse é para com Portugal-este (peça fundamental na construção da modernidade – e, logo, da ideia de “Europa”), que erra ao adoptar e exagerar modelos, que não o tornam nem mais moderno, nem mais desenvolvido, nem mais europeu e que só sublinham o seu provincianismo.

O apelo a um patriotismo verdadeiro, não provinciano, mas cosmopolita é urgente:

“São já (foram sempre) poucos os verdadeiros patriotas – aqueles que amam Portugal inteiro, passado e presente, Celorico e Lisboa, emigrante e cosmopolita, ao mesmo tempo que reconhecem, chateados, que Portugal *está uma miséria há muito, muito tempo* (...). Ser nacionalista não é, ao contrário do que diz a Esquerda estúpida, dizer que Portugal é que é bom. É dizer que, por muito mau que visivelmente seja, Portugal é que é nosso. Portugal é o que nos calhou. (...) Um verdadeiro patriota ocupa-se da Pátria inteira. Não ‘escolhe’ os melhores bocadinhos (...) como fazem os nossos dirigentes intelectuais e políticos. Isso é

fácil e é mesquinho. É artesanato de boca. É o que fazem os turistas.” (Cardoso, 1995: 130-131 [1990]).

Assim, aquilo que Miguel Esteves Cardoso propõe é que se proceda a uma correcção da auto-imagem dos portugueses enquanto comunidade³. Só pela auto-estima e pela aceitação dos defeitos e virtudes – que revestem qualquer comunidade – se poderá corrigir a imagem deformada que os portugueses têm de si mesmo:

“Só aceitando e amando Portugal, para lá dos seus defeitos, se será um bom português e, por extensão, um bom europeu – alguém que entenda que a Europa é muito mais do que uma entidade “abstracta, supra-nacional, anti-histórica” (Cardoso, 1995: 132 [1990]), fundada em relações de tipo económico ou propiciadora do tão desejado progresso. A Europa assim concebida é um território e um repositório de artefactos culturais, que estão ao alcance de qualquer um. Por isso, Miguel Esteves Cardoso afirma, peremptório:

“A Europa não é desafio nem problema. Desafio e problema somos nós. A Europa que interessa (...) já nós temos. Está em livros que podemos ler, discos que podemos ouvir, museus e lugares que podemos visitar. Os Portugueses, de resto, sabem muito mais acerca da Europa do que a Europa sabe acerca dos portugueses. *Já somos*, se calhar, o povo mais europeu da Europa. Somos, com os Holandeses, os mais abertos, interessados, curiosos. Não façamos partes gagas, fingindo que não sabemos e que não somos nada.” (Cardoso, 1995:130-132 [1990]).

A rapidez com que as mudanças são introduzidas na vida quotidiana é verificável pela imposição de normas e regulamentações emanadas pela CEE e que colidem com aquilo que era o hábito. A normalização da fruta, por exemplo, funciona como uma forma de desnaturalização daquilo que existia e que constituía um património, metaforizando, em simultâneo, aquilo que é, para Esteves Cardoso, a essência da Europa: o eliminar de diferenças singularizantes:

“Esse tempo em que havia fruta grande e fruta pequena acabou. Agora é toda média. É mais justo. Também terminaram as diferenças entre a fruta boa e a fruta

³ Diz Eduardo Lourenço (1994:19): “Enquanto indivíduos, os Portugueses vivem-se, normalmente como pessoas sem problemas, pragmáticas, adaptáveis às circunstâncias, confiantes na sua boa estrela, herdeiros de um passado e de uma vida sempre duramente vividos mas sem fracturas ou conflitos particularmente dolorosos ou trágicos. É enquanto povo ou nação que esta imagem, eminentemente positiva e banal de si mesmos, é objecto de singular distorção (...)”

má. (...) A fruta normalizada e moderna deixou de ser boa ou má para passar a ser toda indiferente. Assim-assim. Normal. Igual, enfim. Acabaram-se as injustiças.” (Cardoso, 1995:135 [1990]).

Apesar do seu cepticismo – ou por causa do seu cepticismo – Esteves Cardoso, que tinha sido candidato ao Parlamento Europeu em 1987 pelo Partido Popular Monárquico (PPM), repete em 1989 essa aventura.

Descrente no projecto federalista, descrente nos outros candidatos, Miguel Esteves Cardoso contesta a Europa burocraticamente construída, que faz tábua rasa da Europa culturalmente fundada na diferença e na existência de nações autónomas. Em “A aventura do candidato” (9/06/89), Esteves Cardoso esclarece:

“[Lucas Pires] até disse a ‘O Diabo’ que eu tinha dito que eu era anti-europeu. Eu, que sou a favor duma verdadeira comunidade cultural europeia e que já estou farto de o dizer e escrever inclusivamente numas *Grandes Opções do Plano*, que Lucas Pires generosamente elogiou, fiquei a saber que era ‘anti-europeu’, só porque acho que Portugal e os restantes membros da CEE devem reter a sua independência política e soberania democrática.”

A união política entre países cujas heranças histórico-culturais tão diversas – e que foram, inclusivamente formadas por essas oposições – não é desejada por Esteves Cardoso. Esta posição afasta-o dos seus congéneres candidatos ao Parlamento Europeu, todos eles defensores de uma “Europa”, que é mais o resultado de um fascínio provinciano do que de um posicionamento ideológico, como se verifica em “A Aventura da Eurodeputação” (5/05/89):

“Não haja dúvidas a este propósito. Os emigrantes de ontem foram substituídos pelos eurodeputados de hoje. Tanto uns como os outros abandonam a Pátria pobre e ignorante na mira de uma Europa culta e enriquecedora. São no bom sentido da palavra, *saloios*. São na acepção mais carinhosa do termo, *parolos*. Digo-o com ternura. Saem daqui sem terem visto mais do que a Sé de Braga, o Rossio ou sete dias de Londres no programa Londres 2000 da Abreu. São puros. Deslumbram-se.”

Ora, com Miguel Esteves Cardoso, o pensamento sobre a Europa sofre uma espécie de inversão de termos: por um lado, o jornalista considera que Portugal faz parte da matriz cultural europeia e acha que não compreender isso e comportar-se como estrangeiro no

território que devia ser natural é que gera o sentimento de inferioridade, de provincianismo, contrário ao cosmopolitismo que seria esperado; por outro lado, a condição essencial para se ser um bom europeu é ser-se um bom português, o que passa pelo desenvolvimento de uma consciência cosmopolita, que não é uma função directa da adesão à CEE, mas sim do contacto com a cultura europeia, disponível a partir de artefactos culturais como livros, discos ou museus.

Em conclusão, a perspectiva de Miguel Esteves Cardoso é orientada para a defesa da “nação”, numa Europa em mudança e que, do seu ponto de vista, ameaça as diferenças que, ao longo do tempo, foram estruturando a Europa enquanto património cultural e civilizacional. Ao contrário do posicionamento típico da intelectualidade portuguesa, o fascínio com o “lá fora” está diluído para Esteves Cardoso. Para ele, Portugal não é alheio a esta matriz cultural, nem pode julgar que é. As diferenças observáveis resultam da natureza da própria Europa. Ser mais europeu resultará de se ser mais português. E ser mais português passa, inevitavelmente, por ser mais cosmopolita. Como explica Appiah (2006:xi):

“People are different, the cosmopolitan knows, and there is much to learn from our differences. Because there are so many human possibilities worth exploring, we neither expect nor desire that every person or every society should converge on a single mode of life. Whatever our obligations are to other (or theirs to us), they often have the right to go their own way.”

3.2. Paulo Portas e a crítica ao Tratado de Maastricht

Paulo Portas tinha a seu cargo em *O Independente* a coluna “Antes pelo contrário”, publicada no Caderno I. Tratava-se do caderno principal do semanário, sendo que nele é o noticiário da actualidade e as questões políticas que têm maior preponderância. Não raro, a primeira página do Caderno I ostentou manchetes sonantes e argutas que, simultaneamente, seduziam o leitor e atacavam a governação cavaquista.

Tal como acontecia com Miguel Esteves Cardoso, também Paulo Portas tinha experiência jornalística anterior a *O Independente*. Aliás, sua primeira intervenção pública, em 1978, aos quinze anos, foi no *Diário de Notícias*, onde publicou o artigo “As três traições”, uma invectiva contra Mário Soares e Freitas do Amaral, a propósito da descolonização. Depois disso, passou por vários jornais, sendo comentador político

do *Semanário*, quando decide, juntamente com Esteves Cardoso, fundar *O Independente*.

Portas também se assume como um conservador, sendo, nesses anos que antecederam a sua ascensão a líder do CDS, uma das vozes da direita moderna, cosmopolita e sofisticada.

Paulo Portas manifestará o seu desagrado perante a inevitabilidade da união política entre os estados-membros da CEE, operada pelo Tratado de Maastricht. Mas a sua intervenção enquanto jornalista-opinador e enquanto intérprete do mundo visa também ensinar e esclarecer sobre a natureza do tratado e sobre quais as consequências da sua ratificação. Assim, o jornalista actua como uma voz de contraditório (um objectivo sublinhado pelo título escolhido para a sua coluna: “Antes pelo contrário”), contribuindo para o debate e para a discussão de um assunto entendido como consensual, a partir dum lugar de poder – a coluna do jornal de que à data era director.

Ao contrário do que aconteceu com as crónicas de Miguel Esteves Cardoso, as colunas de opinião de Paulo Portas nunca foram antologadas, pelo que o contacto com os textos aqui referidos foi feito através do jornal.

O primeiro artigo publicado na coluna “Antes pelo Contrário” intitula-se “Atracção Fatal” (28/05/88) e nele encontraremos já o cerne das preocupações de Portas em relação ao futuro de Portugal na Europa. De facto, a assinatura do Acto Único Europeu era já uma antecipação da união política.

Partindo do exemplo da abstenção britânica nas eleições para o Parlamento Europeu, o colunista reflecte como ingleses e portugueses encaram a Europa. Para os primeiros, habituados à democracia, “o Continente, visto da Ilha, parece um pormenor (...) é um mistério”; já os segundos “[querem] a Europa porque ela é um poço com fundos.”

Alertando para a marginalização de Portugal no contexto de uma união política europeia, lembrando a vocação atlântica do país e a antiguidade das fronteiras nacionais, Portas sublinha que todas as tentativas de unificação da Europa decorreram de investidas totalitaristas, “pois só à força se assimilam gregos e ingleses, portugueses e espanhóis, alemães e escandinavos”.

Tal como foi dito a respeito de Miguel Esteves Cardoso, Portas não recusa a CEE, que é vista como uma oportunidade de liberalização da economia. Ele opõe-se ao europeísmo

político que implica “abdicar da independência tal e qual a conhecemos, da soberania tal e qual a entendemos e da fronteira tal e qual a defendemos”.

A sua posição podia ser entendida como reaccionária, mas trata-se, como justifica no mesmo texto, da perspectiva da direita moderna, democrata e patriota: “Que se entenda isto: para ser democrata não é preciso deixar de ser nacionalista. Para ser moderno, não é preciso deixar de ser patriota.”

Assim, quando o Tratado da União Europeia entra em processo de ratificação nos diversos estados-membros, Paulo Portas considera positivo que muitos dos países se mostrem cépticos em relação a Maastricht (“Boas notícias da Europa”, 16/04/92), acusando o governo português de nada fazer em favor da clarificação dos termos do tratado, “a mais importante questão de soberania que Portugal teve de enfrentar desde a queda do Império”, de que resultará que “Portugal perderá a soberania sem ninguém saber” (“Da falta de respeito”, 30/04/92)

O tratado é desconhecido tanto pelos políticos⁴, como pela população em geral. De facto, a inexistência de uma edição portuguesa do texto impossibilita que os eleitores o conheçam e revela que “O Estado não tem respeito pela nação” (“Da falta de respeito”, 30/04/92).

A necessidade de discutir Maastricht tem que ver, para Portas, com a essência da democracia, que é o conflito e a polémica: a democracia é feita a múltiplas vozes, que para se fazerem ouvir e poderem debater, devem estar informadas e esclarecidas (“Quem manda e quem obedece”, 08/05/92).

Na base de democracia e da soberania está o povo, que devia pronunciar-se sobre Maastricht, tal como aconteceu na Dinamarca e na França. Nesse sentido, o NÃO dinamarquês ao tratado é a prova de que os cidadãos decidiram informadamente, já que “oito em cada dez dinamarqueses que foram votar tiveram a maçada inenarrável de ler o tratado que o governo lhes enviou pelo correio” (“Eu sou um dinamarquês”, 5/06/92).

⁴ A primeira página de *O Independente* de 11 de Dezembro de 1992, publicado na semana em que o Tratado tinha sido ratificado na Assembleia da República, lia-se: “Vergonha: Deputados não passam num exame sobre Maastricht – CHUMBADOS – Deputados de todas as cores submeteram-se a uma prova sobre o Tratado de Maastricht. Eram trinta perguntas. Nove em dez só disseram asneiras”.

A ilustração dessa página não deixa dúvidas: os deputados são representados por burros, conversando, na Assembleia. Um dos que segura o Tratado nas mãos tem-no de cabeça para baixo. Outro lê um livro do Mickey.

Nas páginas 2 a 4, apresentam-se os exemplos do “Insucesso Escolar no Parlamento”. Foram inquiridos trinta deputados, sendo que apenas quatro responderam correctamente às questões levantadas pelo *Independente*.

Porém, o caso português é diferente. Na verdade, a Constituição não previa a figura do referendo, que tinha sido proposto pelo CDS⁵ e, embora o Presidente da República, Mário Soares, não fosse avesso à ideia de realizar a consulta popular, ela não chega a acontecer.

Portas vê em Maastricht não uma ameaça a Portugal, mas a toda a Europa enquanto civilização plurinacional, que jamais poderá funcionar em termos federativos, numa espécie de Estados Unidos da Europa:

“O que separa o federalismo americano do europeísmo de Bruxelas é apenas e só o espírito da nação. Não há literatura jurídica que o possa inventar. E o ponto é que não há nação europeia, nem nunca haverá. Mas em Maastricht cometeu-se a imprudência de pretender que existe, ainda em feto, um Estado Europeu. À míngua de realidade, os autores de Maastricht criaram uma ficção política”. (“O tratado suspeito”, 29/05/92)

Batendo-se por uma ética da livre escolha e da escolha informada, *O Independente* publicou no Caderno III de 19 de Junho de 1992, um Anúncio Totalmente Grátis⁶: “Não permita que os outros decidam por si – SIM ao referendo – Assine a petição ao Parlamento”. O leitor devia recolher assinaturas, recortar essa página da revista e enviá-la ao parlamento. Este incitamento à acção popular é uma espécie de devolução da soberania à nação, que se vê afastada do processo despoletado com o Tratado de Maastricht.

Como “*Maastricht é dinheiro*” (“Últimas notícias”, 4/12/92), Paulo Portas não se espanta com a posição que foi adoptada pelo executivo para justificar a ratificação do Tratado:

“Chegou-se a tal ponto que muita gente não se importa de trocar a bandeira ou o Parlamento se lhe dessem mais um quilómetro de estrada. O primeiro-ministro foi o teórico desta barganha em que Portugal exportava soberania e pedia democracia recebendo fundos consideráveis na volta.”

⁵ Manuel Monteiro, então líder do CDS, promoveu um referendo interno no partido. Os resultados foram de uns expressivos 90% de votos no Não.

⁶ Os Anúncios Totalmente Grátis são uma estratégia usada regularmente pelo *Independente* para divulgar iniciativas culturais (peças de teatro, por exemplo), ou como forma de chamar a atenção para assuntos que careçam de apoio popular, como é o caso.

Portas não pensa que este seja o melhor negócio para o país. Importa-lhe a soberania e a independência – que não têm um preço e que são inseparáveis da nação, enquanto comunidade histórica e afectivamente vinculada a um espaço geopolítico. E Maastricht, mesmo apontando para a criação de um Estado federal europeu, não tem a capacidade de engendrar uma nação europeia.

4. Conclusões

A transição dos anos 80 para os anos 90 em Portugal é um período importantíssimo quando se trata de perceber o país que somos neste início de século XXI.

O Independente, dirigido pela dupla Miguel Esteves Cardoso e Paulo Portas, marcou esse momento histórico, ao trazer para o espaço público uma perspectiva de Portugal e do mundo construída a partir de uma direita conservadora, que é, em simultâneo, jovem, irreverente e apaixonada por causas.

Nos textos aqui abordados, vemos tanto Esteves Cardoso como Paulo Portas baterem-se pelas ideias de “nação” e de “Europa das nações” contra a ideia de “Europa a-nacional”. Nenhum dos dois é contra a participação de Portugal numa estrutura económica como a CEE – até porque isso favorecia a liberalização económica, defendida por ambos, e que se explica no quadro da ideologia da direita, perfilhada por ambos – mas ambos desconfiam da Europa politicamente unida.

A Miguel Esteves Cardoso importa sobretudo o plano cultural. Preocupa-o, por exemplo, a maneira como a Europa interfere em hábitos e formas de vida que eram característicos duma determinada população. Os seus receios são tão válidos para o caso português, como para os casos das outras nações amalgamadas numa Europa-nação-potencial. De facto, como sublinha, a Europa define-se pela sua alteridade, por constituir um espaço geográfico e político onde, durante séculos, se moldaram e conformaram nações a partir de diferenças, capazes de criarem e gerarem uma riqueza cultural, artística, literária, filosófica, tecnológica e civilizacional indiscutível. O germe de uma Europa-nação-potencial não é uma ameaça à Europa existente?

As preocupações de Paulo Portas são de ordem política. Os textos seleccionados foram escritos num momento em que já existia o instrumento político destinado a operacionalizar a união política europeia: a soberania e a nação portuguesa estavam agora verdadeiramente ameaçadas e, perante a ignorância e irreflexão geral, importava

haver uma voz que produzisse um contraditório ao discurso oficial e alertasse para as implicações de uma Europa politicamente unida.

E hoje? Sentimo-nos mais europeus, isto é, mais vinculados à Europa do que nos sentíamos antes de ela ser uma união política?

A União Europeia sucedeu à CEE; vamos a Espanha e não é preciso fazer câmbio; o euro sucedeu ao escudo; podemos ir trabalhar para qualquer país da UE, sem sermos emigrantes; jogamos no Euromilhões; reconhecemos a bandeira azul com um círculo de estrelas; reconhecemos o hino; deixámos de precisar de passaporte para visitar a maioria dos países da Europa. Mas, de estado para estado, as regras de trânsito são ainda outras, a idade da reforma diverge; as diferenças de rendimentos continuam a ser muito acentuadas; Portugal permanece na cauda da Europa. E a Europa continua lá longe, para lá, muito para lá dos Pirinéus.

Miguel Esteves Cardoso é actualmente cronista do diário *Público*. Paulo Portas é o líder incontestado do CDS-PP e deputado. Entre 2004-2005 foi Ministro de Estado, da Defesa e dos Assuntos do Mar, uma pasta a que não está alheia a questão da “soberania”, tão veementemente defendida.

Tudo parece ter mudado. Mas a compreensão da actualidade não é possível sem a compreensão das mudanças ocorridas na transição da década de 80 para a década de 90 do século XX, em Portugal. Compreender quem somos enquanto nação, dentro da realidade supranacional da UE, ou num contexto globalizado, implica regressar ao momento em que o país tomou a decisão de integrar um novo paradigma geográfico, político e económico. Os textos aqui trazidos lembram e comentam esse momento: e obrigam-nos a reflectir sobre o momento actual.

Referências

Anderson, Benedict. (2006 [1983]) *Imagined Communities Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso

Antonsich, M. (2009) “National identities in the age of globalisation: The case of Western Europe”. *National Identities*, 11(3), 281-299.

Appiah, K. A. (2006) *Cosmopolitanism*. London: Penguin

Barriga, Antónia. (2007) *Media, Política e Opinião: uma tríade complexa. Uma*

- Abordagem à Opinião Publicada em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Especialidade Comunicação. Lisboa: ISCTE
- Bobbio, Norberto *et al.* (1998 [1983]) *Dicionário De Política*. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília
- Cardoso, Miguel Esteves. (1994 [1990]) *As Minhas Aventuras na República Portuguesa*. 5ª ed. Lisboa: Assírio & Alvim
- Europa – Portal da União Europeia A Europa num Ápice. http://europa.eu/abc/index_pt.htm último acesso a: 29/03/2011
- Europa – Portal da União Europeia. Mercado Interno. http://europa.eu/pol/singl/index_pt.htm, último acesso a: 29/03/2011
- Fontaine, Pascal. (1998) *A Construção Europeia de 1945 aos Nossos Dias*. Lisboa: Gradiva
- Gellner, Ernest. (1993) *Nações e Nacionalismo*. Trajectos. Lisboa: Gradiva
- Hobsbawm, Eric. (1988) *Tradições Inventadas*. Desporto e Sociedade Antologia de Textos. Lisboa: Direcção-Geral dos Desportos
- (1998) *A Questão Do Nacionalismo Nações e Nacionalismo desde 1780 Programa, Mito, Realidade*. Lisboa: Terramar
- Leal, Ernesto Castro. (1999) *Nações e Nacionalismos – A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Cosmos
- Lourenço, Eduardo. (1994) *Nós e a Europa ou as Duas Razões*. 4ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- Mattoso, José. (2001) *A Identidade Nacional*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva
- O Independente* / propr. SOCI Sociedade de Comunicação Independente; dir. Miguel Esteves Cardoso. Lisboa : Soci : Vasp [distrib.]
- Ramos, Rui (coord), (2009): *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros
- Saraiva, António José. (2007 [1994]), *A Cultura em Portugal*. Vol. I. Lisboa: Gradiva
- Smith, Anthony D. (1997) *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva
- Sobral, José Manuel. (2003). “A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português”. *Análise Social*, vol. XXXVII (165), pp. 1093-1126
- Telo, António. (2008). *História Contemporânea de Portugal*. Do 25 de Abril à Actualidade. Vol. II. Lisboa: Presença